

**A lógica econômica e a prática da História Natural no Brasil colonial:
Um olhar sobre a Comarca de Ilhéus**

(1782 – 1817)

Ana Paula dos Santos Lima¹

Resumo:

Esta comunicação tem por objetivo tratar sobre a atuação de Baltasar da Silva Lisboa como Juiz Conservador das matas na Comarca de Ilhéus, atual região Sul da Bahia. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi um destacado aluno de Domingos Vandelli e tornou-se não apenas um gerenciador, mas um crítico notório dos cortes de madeiras em Ilhéus.

Sua produção perpassa os *manuscritos de formação*, feitos no período de estudos na Universidade de Coimbra, cujo destaque é o *Discurso histórico* (1786), que caracteriza todo uma época de prática da Filosofia Natural no Brasil e em Portugal. Há os *manuscritos densos*, escritos durante sua atuação como Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, com particular ênfase para a *Memória Topográfica da Comarca de Ilhéus* (1823), que sintetiza as ideias exploradas em todos seus discursos sobre Ilhéus e por fim os *manuscritos históricos e políticos*, suas últimas contribuições na História do Brasil, culminando nos *Annaes do Rio de Janeiro*.

Palavras-chave: Baltasar da Silva Lisboa – Comarca de Ilhéus – História Natural

¹ Historiadora, Mestre e Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Feira de Santana.

A indústria madeireira era de interesse central da Coroa, sobretudo por conta da construção de navios, pois dizia respeito tanto à defesa do império como ao aumento do comércio. Em meados do século XVIII, começou a ser organizada uma grande indústria de construção naval em Salvador com estaleiros reais e privados.

Navios de guerra e mercantes construídos na Bahia constituíam, no final do século, a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas, Ilhéus e Porto Seguro (DEAN, 1996:151).

Na então capitania de Ilhéus, além das atividades primárias, como a extração e o falquejo, incluía-se o beneficiamento de peças até sua forma final para o uso na construção naval. Havia muitos estaleiros particulares, de onde saíam embarcações de pequeno porte prontas para movimentarem os circuitos comerciais, vicinais e regionais. Também fabricavam para embarcações de médio e grande porte, a serem montadas nas ribeiras de Salvador e de Lisboa, quilhas, leames, cavernames, chanfrões, remos, mastros e tabuados para cascos (DIAS, 2007: 158).

Desde o século XVI, a extração de madeiras de construção era realizada como atividade econômica em terras dos jesuítas na capitania de Ilhéus, sobretudo no chamado “fundo das doze léguas”, ou “terras do Camamu”. A produção madeireira em Ilhéus voltava-se para a construção naval e civil. Configurou-se um ramo da economia colonial articulado a outros setores, como a agricultura de exportação e a de abastecimento interno, a mineração e a pecuária (DIAS, 2010: 196). Entre as mais de trezentas árvores de construção identificadas por Baltasar Lisboa na Comarca de Ilhéus destacam-se: Vinhático, Putumuju, Jacarandá e Sicupiras. No ano de 1800 foi adotada uma máquina de serrar madeiras nas matas de Cairú. O regulamento dos cortes das madeiras na Comarca de Ilhéus unia utilitarismo, conservação e desenvolvimento técnico².

O posicionamento de Baltasar Lisboa foi de harmonizar os interesses do Estado português às necessidades vitais das matas. Ele notou que estas estavam num processo de extinção e que isso causava graves danos tanto à economia do Estado quanto aos “Povos” do Brasil.

² Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma nova máquina de serrar madeiras, que mandara adotar nas matas do Cairú. Bahia, 1800.

Num ofício direcionado ao Visconde de Anadia, então secretário da marinha, relatou a insatisfação de proprietários particulares com o estabelecimento de regras para os cortes das madeiras. Fez uma retrospectiva histórica sobre o início da devastação das matas e sugeriu que a Coroa tomasse enérgicas medidas contra a “destruição enormemente nos países do Brasil”³, pois já há quase um século se cortavam madeiras, sem os devidos cuidados e precauções na comarca de Ilhéus.

Antes, diz ele, os bosques eram mais abundantes e preservados pelos Aimorés, e, uma vez estes dominados, não se levou em consideração a necessidade de se continuar a preservação das matas. Começou-se então sua ruína, e “entrou-se a conhecer aquele mal, o estrago das matas”⁴.

Sugeriu que se possibilitassem “os meios de poder fazer as replantações das árvores dos bosques”, pois, ao mesmo tempo que perduraria a Natureza também a Coroa continuaria “fazendo os cortes úteis e rendosos à Real Fazenda”. Era necessário, porém, que os cortes fossem baseados em “Leis de um sistema agrônomo próprio do local”, para que as árvores cortadas fossem proveitosamente empregadas.⁵

Para se obter um bom proveito dos cortes, aconselhou que as madeiras fossem cortadas e armazenadas em celeiros, pois assim as preservariam “do ar, das chuvas dos eflúvios que saem da terra, que lhes comunica os princípios da sua dissolução e destruição, enormemente nos países do Brasil quentes e úmidos.”⁶ Preocupava-se com o desmatamento em Ilhéus como fator de risco para a própria natureza e aos homens, assim expressou:

É a conservação das matas o objeto da mais grande importância, não só pela irreparável perda dos monstruosos paus derrubados e queimados, de que a Marinha e o Serviço público ficam privados, como porque os meteoros e eflúvios nelas formados dão nascimento as periódicas chuvas; que fazem o país doce e fértil, e destruídas e acabadas, aquelas deixarão de cair, e de regar a terra, tornando os belos terrenos áridos e infecundos;

³ Ofício do ex-juiz conservador das matas da comarca de Ilhéus Baltasar da Silva Lisboa ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha, visconde de Anadia, João de Sá e Melo] sobre os cortes de madeira na referida comarca. Lisboa, 1805.

⁴ Idem

⁵ Idem

⁶ Idem

a lavoura será desamparada, os Povos pobres, e desgraçados, e a Marinha sentirá uma perda incalculável⁷.

Baltasar Lisboa criticou o método que estava sendo utilizado antes de sua gestão, mostrando o quanto ele era prejudicial, pois “[...] quando se derrubavam a arvore caía, e escalava dez, doze que a gravidade do peso na queda as fazia ceder” e “estas arvores escaladas ficavam perdidas”, ao invés de se deixar paus galivados cortados nas matas, “o que é inútil” devia-se atentar para o fato de que “muitas delas se poderiam aproveitar para embarcações mais pequenas [...]”⁸.

A madeira era um instrumento de guerra. Matéria prima para a construção de navios, transporte que representou um conjunto de aparatos da revolução tecnológica na Idade Moderna. Em todo o nordeste do Brasil e além havia extração de madeiras que eram utilizadas em construções. Na marinha e mesmo no exército português o conhecimento sobre as madeiras era de suma importância.

A consciência estatal sobre os estragos nas matas de Ilhéus foi anterior à gestão de Baltasar Lisboa. Já em 1762 há uma portaria do Governo na qual são dadas instruções para se evitarem as irregularidades, os abusos e os descaminhos que se davam no corte das madeiras.

Em 1785 Francisco Nunes da Costa, então Ouvidor da Comarca de Ilhéus prestou uma representação à Rainha sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens e que isso era perda de uma riqueza incalculável, sendo que “Os estragos que tem causado os roceiros da Nazareth [...] têm reduzido a cinzas, matas preciosas e tão antigas como o mundo e fazendo uma perda, qual não há calculo que a possa computar”⁹. O Ouvidor reclamou imediatas providencias para evitar a completa devastação das matas.

Baltasar da Silva Lisboa entendia-se como um continuador das propostas e lutas empreendidas por Francisco Nunes da Costa, em uma de suas memórias sobre Ilhéus

⁷ Idem.

⁸ LISBOA, Baltasar da Silva. “Memória sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes de madeiras etc, regulamento dos cortes e estado atua por Baltasar da Silva Lisboa”, 1803.

⁹ COSTA, Francisco Nunes. Representação dirigida à Rainha, sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens e que representava a perda de uma riqueza incalculável. Cairu, 1785.

exaltou as críticas do desembargador à lavoura de mandioca em Ilhéus que destruíra os “os mais densos e impenetráveis bosques”,

Propagando-se a lavoura da mandioca com o maior afinco, era natural que se destruíssem os mais densos, e impenetráveis bosques. Este tão grande embaraço obrigou o ouvidor, que então era da comarca o Desembargador Francisco Nunes da Costa a dirigir ao throno a mais energica representação; assim concebida:

“ Senhora; A inspecção dos Rcaes córtes de madeiras, que Vossa Magestadc foi servida “ encarregar-me no destricto desta capitania , e que prezentemnte se mandão laborar “ com mais extensão, acaba de confirmar-me na precisa diligencia de procurar pela “ Regia authoridade o remedio competente ao estrago, com que as admiraveis matas da “ mesma capitania se vão arruinando (...)”¹⁰.

O controle sobre os cortes das madeiras nas florestas no Brasil foi estabelecido em fins dos setecentos, e nas variadas capitanias há portarias e diversos relatórios sobre as matas e as madeiras de construção, desde a Bahia, perpassando por Alagoas, até Ceará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Pará e Paraíba, onde também foi criado o cargo de Juiz Conservador.

Em seu plano de cortes das madeiras em Ilhéus, Baltasar Lisboa procurava harmonizar os interesses comerciais do Estado português às necessidades vitais das matas. Compreendia que esse entrosamento resultaria em benefícios para todos os povos e que a administração dos recursos naturais carecia de uma sistematização.

Considerava que a natureza devia ser explorada para a sobrevivência do homem, bem como o aparato técnico ser desenvolvido através da inteligência. Porém, para interferir resultantemente era necessário que a ciência buscasse compreender o funcionamento daquilo que seria explorado, as matas, para que não houvesse prejuízo na estrutura natural e, conseqüentemente, no funcionamento social.

Há no pensamento de Baltasar Lisboa uma consciência de que os recursos naturais são finitos, bem como uma inquietação por urgência de políticas de conservação. Na memória “Principios da física vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras” tratou sobre métodos que se deveria empregar na plantação de árvores, ao

¹⁰ LISBOA, Baltasar. Memória topografica e econômica da Comarca dos Ilheus, 1823. p. 100

mesmo tempo em que exaltou a beleza, criticou a destruição das matas do Brasil e conclamou uma política estatal de conservação da floresta.

Apoiou seu discurso em autores como Buffon e Duhamel, considerando a importância de se aplicar as teorias de estudiosos europeus observando, na prática, necessidades das matas do Brasil.

Afirmou que os cortes das madeiras em Ilhéus deveriam ser estabelecidos a partir de estudos feitos com base na Filosofia Natural, especificamente da História Natural com a ajuda de conhecimentos da física e da química, em suas palavras:

A Física vegetal é uma ciência (que) ensina o modo mais conveniente de obter a maior copia possível das produções da Natureza, entre as quais sobressaem as Arvores, para se conseguir tão útil fim, se faz mister haver um sistema completo daquela ciencia, que compreende quatro partes, supondo-se sabida a Historia Natural, a fisica e Matematica, a saber a economia que ensina a maneira de cultivar e de cortar as arvores; a Política, que estabelece as Leis forestais, com a respectiva parte das Finanças, que trata em particular do uso que o Governo pode fazer das matas; e em fim a parte Legal, que respeita as controversias e dicisões das penas, que cumpre infringir as faltas, e delitos cometidos nas matas¹¹

Ele buscava desenvolver suas observações e sugestões com base na realidade. A maior parte de suas “Memórias” é sobre a Comarca de Ilhéus, onde expressava o desejo de uma política racional para os cortes das madeiras. Pensava que o problema dos estragos feitos nas matas do Brasil residia no fato dos cortes serem feitos por indivíduos sem instrução. Desta forma, o conhecimento do funcionamento das árvores daria aos indivíduos sabedoria para manejar as florestas. Uma de suas observações nesse sentido:

Principiando pela anatomia vegetal, nela encontramos o mais adequado meio de conhecer a organização das Arvores, pois que tem sido menos experimentado pelos antigos, e modernos armadores da beleza da historia natural animada. [...] Os meios de conhecer a organização vegetal [...] permitem tirar conseqüências gerais, e bons resultados aplicáveis aos vegetais¹².

Baltasar Lisboa lutou pelo reconhecimento social da importância das matas para o desenvolvimento da nação, afirmou que “a destruição, o abrasamento das matas” fazia o

¹¹ LISBOA, Baltasar. PRINCÍPIOS da física vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras. S.d.

¹² Idem

Império perder sua força e dignidade. Criticou: “A França na terrível crise da sua Revolução, proibiu a venda das matas de Brest; o Brasil com um Governo Constitucional decreta a destruição das matas da Nação”. Expressou, conforme se nota abaixo, que o Estado português precisaria administrar com dedicação os cortes das madeiras:

Neste estado de coisas tão tristemente referidas, cumpre que a Nação empregue todos os meios de estabelecerem-se as matas artificiais de madeiras de construção, promovendo e animando a sua reprodução, substituindo deste modo ao incalculável dano, que a falta daquelas madeiras causara a uma e outra Marinha Brasileira, que suposto não possa obter as peças de que carecem os grandes Navios, obterá o suprimento de muitas peças, sendo encarregada a administração a pessoas sábias nas ciências da Botânica, Phisica, Agricultura, e das construções, escolhendo os terrenos que a natureza das Arvores tão variadamente reclamam a sementeira, ou cultura por estacas, em vergontas, segundo a situação e clima demandarem, fazendo as convenientes observações do seu anual crescimento [...]¹³

Defendeu que o Estado português se responsabilizasse pela conservação das matas no Brasil como ação de notória importância para a economia e sociedade. Aspecto característico de sua geração, os ilustrados de 1790, conforme pontua Pádua (2004), acreditavam que a dinâmica da natureza poderia e deveria ser decifrada pelo conhecimento científico e pela experimentação consciente, que estabeleceriam as condições para o seu correto aproveitamento.

Baltasar Lisboa argumentou que “o abrasamento das matas mesmo nas primarias doações de sesmaria eram expressamente exceptuadas”; e percebia-se “fatais destruições das matas a ferro e a fogo”. Seria mais inteligente procurar renovar a “vida das arvores cortadas em nossas matas com grande utilidade do serviço publico, ordenando a pratica de tão economica providencia, a bem do aumento, e cultura das matas”.

Apontou para a necessidade de se efetuar replantios nas matas da Comarca de Ilhéus, “formar matas a semelhança daquelas que nos deu a natureza por modelo, para isso, “cumpre seguir os preceitos que os sábios da Europa nos deram em tudo que for de

¹³ Idem

conformidade com o clima e local brasileira”, pois, é “a experiência a melhor mestra dos conhecimentos humanos”, nesse sentido expressou:

Talvez que na pratica aquelas teorias sofram alguma modificação e alteração nas nossas matas que só por experiência e observação, nelas se formaram as regras convenientes fazendo-se os cortes com inteligência e socorros dos instrumentos [...] ¹⁴.

Afirmção parecida fez Borges de Barros, participante da mesma geração de Baltasar Lisboa:

Variado as circunstâncias em que se acharem, das em que nos achamos; servindo ela ali de farol, aqui pode iludir; cumpre portanto ler, mas como escrúpulo e nunca porém praticar o que colhemos da leitura, sem que com estudo do sítio e mais particularidades do caso em que nos achamos, possamos decidir se estamos na mesma circunstância que eles, a fim de ver se os devemos seguir em tudo, ou que descontos é mister dar-lhes. Grande mestra é a teoria; mas deve dar as mãos às lições de prática.

(Citado por: Dias, 1968: 146) .

Maria Odila da Silva Dias (1968) bem argumentou sobre esta característica da geração de 1790, em que homens de ciência luso-brasileiros formados nas principais Universidades europeias, principalmente em Coimbra, se ocuparam dos problemas das suas terras e nelas decidiram introduzir reformas. Sobre isto ainda a autora comentou:

Pode-se dizer que seus estudos, de natureza empírica e objetiva, refletiram tão de perto a realidade brasileira, que constituem valor documental mais acessível para o historiador do que a simbologia da obra de poetas e oradores da mesma época [...]. Por isso oferecem um interesse mais específico para o estudo das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia (DIAS, 1968: 105).

Baltasar da Silva Lisboa preocupou-se em compreender a estrutura natural e utilidade das árvores da comarca de Ilhéus em seus ensaios botânicos, típico de sua formação na Universidade de Coimbra, como aluno de Domingos Vandelli. No “Ensaio da física

¹⁴ Lisboa, Baltasar. PRINCÍPIOS da física vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras. S.d.

vegetal”, além de descrever e argumentar sobre a “phísica dos bosques”, também apresentou estampas. Acompanham esse ensaio um total de cinquenta e uma aquarelas. Segue sua descrição e aquarela da árvore “Sicupira-merim” identificada em Ilhéus:

Árvore muito alta, ramosa, e formossissima, quando principalmente é vista em sua Florência; as suas raízes são grossas, e curvadas com variados ângulos; (...) os banhos do seu cozimento (...) tem curado moléstias que nascem do frio, e dores do ventre, vulgarmente chamdos corrimentos; e o mesmo cozimento bebido é utilíssimo para destruir o mal venereo (...) e moléstias cutâneas¹⁵.



A compreensão das necessidades vitais das matas perpassava “o conhecimento do clima, e lugar conveniente que no seio natal tais arvores se criam, e prodigiosamente crescem”, bem como, a idade das árvores. Nesse sentido, Baltasar Lisboa afirmou:

Reclama a razão como o seu interesse, que toquem o período da velhice, quando aparece obstruídos os seus canais, [...] se cobre da podridão, que termina com total dissolução a observação do seu estado ensina qual o tempo conveniente terminar a sua existência. Até agora os cortes das madeiras se tem aberto consideradamente, alguns dos operários são conduzidos pela presunção da idade das arvores que Duhamel ensinou a conhecer [...]. Devemos pois pelo estudo da Física vegetal singularmente, e apropriadamente achar os conhecimentos da velhice das arvores, pois assim como a Natureza, marcou e assinalou pela brancura dos cabelos da cabeça o

¹⁵ LISBOA, Baltasar. Ensaio da física vegetal dos bosques dos Ilhéus, entre 1801 e 1803.

termômetro da velhice [...], assim nas arvores consignou lhes termo, que não pode ultrapassar o seu crescimento¹⁶.

Considerou que as matas nativas do Brasil possuem “diferentes Leis físicas” das que regem a Europa e o resto do mundo. Em sua concepção, perceptível na citação abaixo, o Brasil possui uma singular floresta:

É sem duvida certo, que o Supremo Criador concedeu ao Brasil, murando-o das altíssimas arvores, que atraem periódicas chuvas, que fertilizando o país conserva a saúde dos habitantes produziu aquelas admiráveis arvores pela sua local posição enriquecidas de inconcebível variedade de excelente arvores, cujas madeiras foram em tão precioso deposito, por longevos séculos colocados, afim de engrandecer, o maior dos Impérios do mundo, [...]. A Natureza fecunda, e beneficia, em atenção a tão gloriosos fins, tomou a si semear, e reproduzir aquelas excelentes arvores, cujas madeiras servir pudessem a construções, a Arquitetura, e as Artes, nas matarias com que bordou e murou aquelas¹⁷.

Conforme Kury (2007), o aspecto utilitário no século XIX pode ser entendido como um programa político amplo, de valorização da ação do homem sobre a natureza, no qual a técnica surge como um prolongamento necessário do conhecimento. A autora considera que “utilidade” foi uma palavra de ordem do pensamento europeu no século XVIII e início do XIX.

Estudos contemporâneos relacionados com a “Economia da natureza” que leva em consideração termos como “conservação” e “utilidade”, trazem à tona iluministas tais como Lineu e Domingos Vandelli. Sendo importante salientar que essa vertente econômica atravessou o Atlântico e influenciou notoriamente o Brasil colonial, principalmente no que diz respeito à conservação das matas como forma de dinamizar a economia e garantir, além de outros interesses, a construção de boas embarcações.

As memórias de Ilhéus são verdadeiras aquarelas de palavras. Ricas em minúcias e qualificações sobre a economia, infraestrutura, relevo, hidrografia, flora, fauna e

¹⁶ LISBOA, Baltasar. PRINCÍPIOS da física vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras. S.d.

¹⁷ Idem

costume dos povos da comarca de Ilhéus. São sistemáticos relatos estruturados com base na prática da História Natural. Compreender o discurso de Baltasar da Silva Lisboa pressupõe notarmos a paisagem da Comarca de Ilhéus, atual região Sul da Bahia, nos séculos XVIII e XIX, e refletir sobre a dinâmica, entre o homem e o meio ambiente, no tempo de forma crítica e histórica¹⁸.

A escolha desse homem de ciência para Juiz Conservador das Matas em Ilhéus foi porque, segundo justificativa oficial, “se tem distinguido pelos seus conhecimentos, principalmente em Historia Natural”¹⁹, recebeu dois prêmios de destaque em História Natural quando estudava Direito na Universidade de Coimbra, o primeiro no valor de 28 mil e oitocentos réis e o outro quarenta e oito mil réis²⁰. As qualificações técnicas eram de peso na escolha dos funcionários da Coroa. A ciência, conforme ressaltou Raminelli (2008), era um meio de servir ao soberano e acumular prestígio.

Baltasar da Silva Lisboa foi um fazedor de Memórias da “Boa Natureza”, tal como refere a autora Nunes (2005: 37). Ele observou, descreveu e colecionou em nome do “deslumbre e triunfo da Natureza para a Europa da razão, do individualismo e do espaço público”. Participou da convergência de “palavras” e “coisas” no espaço de potencialidades criadas em Portugal a partir de 1772, “por diferentes caminhos e por múltiplos atalhos de leituras” (NUNES, 2001: 45) e circulação de informações.

Observar, descrever e colecionar foi isto o que fez Baltasar da Silva Lisboa em Ilhéus, inserindo-se no que pontuou João Brigola (2003) de enriquecimento da Morfologia e da Sistemática do inventário da natureza através da divulgação de plantas, animais e minerais do Novo Mundo. Integrou o grupo de intelectuais que confiavam na felicidade coletiva através do progresso da ciência. Acreditava que os homens deveriam interferir na Natureza com inteligência e a Filosofia Natural era o princípio que nortearia suas práticas.

¹⁸ Ver: LIMA, Ana Paula. *Prática Científica no Brasil Colônia: ilustrado luso brasileiro a serviço da natureza (1786 – 1808)*. p. 88.

¹⁹ Ofício do Governador D. Fernando Joze de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual comunica que prestará todo o auxílio ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéos, o Dr. Balthazar da Silva Lisboa, para organizar as coleções dos produtos da Capitania, 1797.

²⁰ LISBOA, Bento da Silva. *Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa, 1840*.

Baltasar da Silva Lisboa insere-se numa ampla rede de circulação de informações entre a Europa e as Américas. Uma prática de ciência baseada na história natural bastante explorada por autores contemporâneos tal como Ângela Domingues (2001), destacando-se o argumento dessa autora de que “Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América” (Domingues, 2001: 825).

Atuou como Juiz Conservador das Matas na Comarca de Ilhéus por cerca de vinte anos. Nessa responsabilidade escreveu em torno de dez memórias sobre as matas, os povos e outros assuntos de interesse da História Natural. Nasceu na Bahia em 07 de janeiro de 1761 e faleceu em 14 de agosto de 1840 na cidade do Rio de Janeiro.

Foi Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Lisboa, 1840: 395). Atuou como Juiz de Fora do Rio de Janeiro de 1788 a 1798, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro (1809), Comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro do Imperador D. Pedro I e Professor da Faculdade de São Paulo (1827), cargo que segundo Bento Lisboa, seu sobrinho, assumiu por apenas dois anos pela avançada idade em que se achava, e as moléstias que padecia (Lisboa, 1840: 403). Ainda trabalhou por vinte anos como Conservador das Matas de Ilhéus e vale ressaltar que a maior parte de seus trabalhos se referem ao período em que ocupava esse cargo.

A prática científica de Baltasar da Silva Lisboa é parte da especificidade do iluminismo no Brasil (KURY, 2004). Seus estudos integram a vastidão de pesquisas de ilustrados luso-brasileiros sobre a colônia Brasil. Como “Homem de ciência no Brasil”, Baltasar Lisboa, recai na designação de Kury (2004) de que apesar de procurarmos entender de forma estruturante o saber no século das luzes, colonialismo e Iluminismo são partes de um mesmo movimento histórico.

Sua produção foi de bastante fôlego. Figurou em importantes espaços públicos e acadêmicos no Brasil e em Portugal. A análise de seus ofícios, memórias e relatórios são importantes contribuições para a escrita da História da região Sul da Bahia e soma

nas compreensões sobre o Brasil colonial e imperial. Além disso, suas críticas sobre a política e a utilização dos recursos naturais se mostram ainda atuais.

Fontes:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 376 – 378.

LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. RIHGB. N.2, 1840.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Volume XXVIII. Editorial Enciclopédia limitada. Lisboa. Rio de Janeiro, 1945.p.874. (Gabinete português de leitura – Salvador – Ba)

LISBOA, Baltasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 1834.

_____. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria 1823. RIHGB - Bahia. N.52-1926.

_____. Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil, 1786. Em: DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. UFP – Curitiba, 2004.

_____. “Ensaio da fisica dos bosques dos Ilheus”. Entre 1801 e 1803. Biblioteca Nacional de Portugal, BN COD. 4561.

_____. “Observações sobre a Lei da Regência Permanente”. Manuscritos IHGB. s/d, L.41. doc.08.

_____. “Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente” – 1808. BNRJ, maço 512 (58, doc.52).

_____. “Memória sobre a comarca de Ilhéus” - 1802. AHU/APEB - cx. 122. doc. 24.002.

_____. “Memória Topografica e econômica da Comarca dos Ilhéus” – 1823, ACL, manuscritos 1764. Série Azul.

_____. “Memoria sobre os cortes das arvores do Brasil, e os melhores meios de preparar as suas madeiras para mais deixarem conservarem as suas boas qualidades. S. d. ACL, Série Azul 17 (8).

_____. “Memória sobre a Província da Bahia sua descoberta, povoação primaria e o seu Governo desde o 1º Governador Geral Tomé de Sousa”, IHGB, s/d.

_____. “PRINCÍPIOS da fisica vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras”. [S.l.] [S.d.]. 47 f. Original. Manuscrito 22,1,030, Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Oficio do conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se refere aos seus estudos botânicos. Bahia, 26 de novembro de 1799. AHU – Projeto Resgate, doc. 19. 755.

Portaria do Juiz Conservador das matas Baltasar da Silva Lisboa, dirigida ao comandante do Presídio de S. Paulo do Morro, sobre o serviço dos cortes das madeiras. Villa de Valença, 4 de junho de 1800. AHU/ APEB Cx.106 doc. 20.76

Relação das madeiras remetidas para o Arsenal de Lisboa, desde outubro de 1806 a julho de 1807 – AHU - Projeto Resgate, Volume 37, doc. 29. 951.

Regimento elaborado pelo Provedor mór da Fazenda para se observar nos serviços da Feitoria do córte das madeiras. Presídio de S. Paulo do Morro, 27 de Janeiro de 1762. AHU – Projeto Resgate – doc. 5849

Representação do Ouvidor da Comarca dos Ilhéus Francisco Nunes da Costa, dirigida à Rainha, sobre a devastação que estavam sofrendo as matas virgens e que representava a perda de uma riqueza incalculável. Cairu, 20 de Janeiro de 1785. AHU – Projeto Resgate – doc. 11.688.

Oficio do Governador D. Rodrigo José de Menezes para Martinho de Mello e Castro, em que se refere aos grandes estragos praticados nas matas com os cortes arbitrarios das madeiras e as providencias que tomara para evitar a sua devastação. Bahia, 10 de outubro de 1785. AHU – Projeto Resgate – doc. 11. 918.

Oficio do Ouvidor dos Ilhéus e Inspetor dos Reais Cortes, Francisco Nunes da Costa para o Governador da Bahia em que especialmente se refere aos vandalismos praticados nos cortes das madeiras e a necessidade de guardar as matas propondo para guarda Manuel Gonçalves Torroso. AHU – Projeto Resgate doc. 11.919.

Portaria do Governo geral interino, na qual dá instruções para se evitarem as irregularidades, abusos e descaminhos que se davam na referida Feitoria do corte das madeiras. Bahia, 23 de Jan. 1762. AHU – Projeto Resgate Cx. 31 doc. 5848

Representação do Ouvidor dos Ilhéus Francisco Nunes da Costa, dirigida à Rainha, na qual, referindo os grandes estragos praticados nas matas, reclamava imediatas providencias para evitar a sua completa devastação. Cairu, 20 de Julho de 1784. Projeto Resgate. Doc. 13.287.

Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal ao [Ministro e secretário de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre um regimento do e o corte de madeiras nas matas de Pernambuco e da Bahia. 1799, Janeiro, 25, Bahia.

AHU_CU_005-01, Cx. 97, D. 19079 – 19080

Bibliografia:

ALMEIDA, Ricardo. NASCIMENTO, William. *Baianos nos Tribunais Superiores do Brasil: Da Casa da Suplicação ao Supremo Tribunal Federal*. Salvador: Edição do autor, 2008.

BRANCO, Cristina Castel. *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BRIGOLA, João Carlos. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, FCG/FCT, 2003.

_____. *Coleccionismo no século XVIII*. Porto: Porto Editora, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Usos & abusos da história oral. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de cultura, 1981.

DANTES, Maria Amélia. Fases da implantação da Ciência no Brasil. *Quipu*, vol.5.n.2. maio - agosto de 1988. pp. 265-275.

DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 5ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial*. Conferência feita no Instituto de Estudos Avançados da USP – 21 de junho de 1989. Disponível em www.iea.usp.br/artigos

DIAS, Maria Odila. *Aspectos da Ilustração no Brasil*. Revista do IHGB, primeiro trimestre: 105-70, 1968.

DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214 – 2010.

_____. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese de doutorado. UFF- Niterói, 2007.

_____. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

GAUER, Ruth. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 11 (supplement): 109 – 20, 2004.

_____. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos.*, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

_____. *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 – 1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: Usos & abusos da história oral. Orgs. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LIMA, Ana Paula. *Prática Científica no Brasil Colônia: ilustrado luso brasileiro a serviço da natureza (1786 – 1808)*. Dissertação de mestrado – UFBA/UEFS, 2008.

_____. O discurso iluminista de Baltasar da Silva Lisboa no documento Abertura de Estradas – 1808. *ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 03: Arqueologia e História Ambiental*, 2006. Disponível em http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/ana_paula.pdf

LOPES, M. Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772 – 1852)*. Lisboa: Estar Editora, 2011.

_____. *Imagens da Ciência em Portugal, séc XVIII – XX*. Casal de Cambra – Portugal: Caleidoscópio, 2005.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Campinas, SP. [s.n.], 2006.

PRADO, JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transcultração*. EDUSC, São Paulo, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

SANTANA, José Carlos Barreto de. *Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SANTOS, Margaret. *Manifestações pela conservação da Natureza no Brasil (1784 – 1889)*. Revista UNIARA, n. 16, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Cia das letras, 1988.

VOVELLE, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.